



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 9179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VII - Nº 2943 12/09/2024

GOVERNO DEVE ENVIAR PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS AO CONGRESSO ATÉ OUTUBRO

O governo federal está preparando um projeto de lei que será enviado ao Congresso Nacional até o próximo mês de outubro, com o objetivo de reformular a estrutura remuneratória dos servidores públicos federais. A proposta prevê a simplificação dessa estrutura, a modificação das negociações salariais entre as categorias e o estabelecimento de diretrizes para futuras reestruturações de carreiras. O texto também propõe o pagamento em parcela única para os servidores, com a expectativa de que essa reorganização seja implementada gradualmente nos próximos anos. A meta é que o projeto de lei seja aprovado antes do recesso de fim de ano e que suas diretrizes comecem a valer em 2025.

A proposta do governo está baseada na Portaria nº 5127, publicada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 14 de agosto de 2024. Uma das principais mudanças previstas é a limitação na criação de novos cargos com funções similares às já existentes ou que possam se tornar obsoletas. A ideia é evitar a proliferação de cargos desnecessários, adaptando o funcionalismo público às demandas atuais e futuras. Em relação às mudanças remuneratórias, o projeto prevê a simplificação das parcelas salariais, padronizando a remuneração para cargos de funções semelhantes e restringindo a criação de bônus relacionados ao desempenho.

Além disso, o texto destaca que as parcelas indenizatórias só poderão ser criadas em situações específicas, como ressarcimento de despesas extraordinárias no exercício da função. Os bônus, por sua vez, serão limitados a servidores ativos e vinculados ao desempenho temporário adicional. Durante as negociações, o bônus de eficiência foi apontado como um complicador nos acordos salariais, sugerindo que seja adotada uma abordagem mais criteriosa para a sua aplicação. O MGI será responsável por avaliar a viabilidade técnica e o impacto orçamentário das reestruturações propostas, podendo ajustar os projetos encaminhados pelos diferentes órgãos para alinhá-los às prioridades do governo.

A nova legislação deve influenciar não apenas as futuras reestruturações, mas também as propostas que o MGI venha a apresentar para reorganizar as carreiras já existentes. O foco será agrupar carreiras com atribuições

semelhantes, priorizando planos e cargos que possam ser aplicados em diferentes órgãos e entidades da administração pública. Cargos especializados serão criados apenas quando houver necessidade de formação específica ou habilidades especiais. Dessa forma, o governo busca superar as distorções e a fragmentação do sistema atual, alinhando a força de trabalho às reais necessidades do serviço público.

SINTSEF-CE APOIA SERVIDORES DA FUNAI EM DESAFIOS PARA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NO STF

Em audiência no Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 9 de setembro, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) apresentou os principais desafios enfrentados para a conclusão dos processos de demarcação de terras indígenas no Brasil. Entre os obstáculos destacados estão a insegurança jurídica gerada pela Lei 14.701/2023, que impacta diretamente o cumprimento da missão constitucional da Funai, o déficit de servidores e a crescente judicialização das etapas de demarcação. A presidenta da Funai, Joenia Wapichana, enfatizou que a finalização desses processos é crucial para garantir a posse permanente das terras pelos povos indígenas, assegurando o direito à terra e preservando as culturas e modos de vida dessas populações.

O Sintsef-CE reafirma seu apoio incondicional aos servidores da Funai, que têm trabalhado com dedicação para enfrentar esses desafios e assegurar o direito dos povos indígenas à demarcação de suas terras. Para o sindicato, a luta pela demarcação é mais do que uma questão jurídica — é uma questão de justiça histórica e de respeito aos direitos constitucionais desses povos. O Sintsef-CE, comprometido com essa causa, se coloca ao lado dos servidores da Funai, defendendo o fortalecimento institucional da entidade e o avanço necessário para garantir que esses processos de demarcação sejam concluídos de forma justa e célere.

É SÁBADO!



Tel. Sintsef-CE:
3255.7349



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
 Coordenação: Lucy Mary Matos e Petrônio Soares
 Jornalista: Letícia Alves e Júnior Tavares

#DEFESADAVIDA #DEFESADOSERVIÇOPÚBLICO